



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	4
3. Requisitos do fornecedor	6
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	10
5. Modelo de gestão	11
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	11
7. Obrigações da Contratada	11
8. Regime de execução	12
9. Condições de recebimento do objeto	15
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	15
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	15
12. Forma de pagamento	20
13. Condições de reajuste	20
14. Garantia contratual	21
15. Plano de contratações	21
16. Responsável pela elaboração do TR	21
ANEXO I	23
ANEXO II	24
ANEXO III	26
ANEXO IV	27





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

TERMO DE REFERÊNCIA

Manutenção para equipamentos do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP) – Contratação 20250212

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços de manutenção para equipamentos do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Os gravadores de chapas, Computer to Plate (CTP), são equipamentos de alta-tecnologia, de gravação a laser, responsáveis por “queimar” as matrizes para a impressão offset (de alta-tiragem). Essas matrizes são as responsáveis por transferir a tinta – com o conteúdo das obras – para os milhares de folhas em branco que serão impressas.

A manutenção dos CTPs é necessária para manter o perfeito funcionamento destas máquinas, uma vez que os referidos equipamentos realizam a gravação das chapas utilizadas no sistema offset da gráfica do Senado (aproximadamente 14.000 chapas por ano) e são responsáveis por diversos serviços gráficos, que incluem os informativos de atuação parlamentar, publicações da Edições Técnicas e do Conselho Editorial, entre outros.

Ressaltamos que a paralisação total ou parcial destes equipamentos acarretaria um gargalo na produção, prejudicando – e em alguns casos inviabilizando – a produtividade e qualidade dos trabalhos e compromissos assumidos pela SEGRAF junto aos senadores e órgãos do Senado.

E é pelo fato de a produção de alta-tiragem da gráfica do Senado ser totalmente dependente desses equipamentos CTPs – que precisam estar em perfeito funcionamento enquanto houver essa demanda de produção do Senado Federal – que o Termo de Referência em questão pretende a contratação de um serviço continuado de manutenção.

1.2.2. Justificativa resumida para fins de edital

1.2.2.1. A contratação visa manter os gravadores de chapas, Computer to Plate (CTP), em perfeito funcionamento, visto que os referidos equipamentos são os responsáveis por diversos serviços





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

gráficos, impressos em Off Set para atendimento das demandas do Senado Federal. Desta forma, a contratação tem por objetivo evitar a paralisação parcial ou total dos referidos equipamentos.

1.2.3. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.3.1. A quantidade definida para o atual contrato (94/2020) atendeu satisfatoriamente as necessidades do Serviço de Processamento Digital – SEPDIG, sendo, ao longo dos anos, possível manter os dois equipamentos de gravação de chapas em perfeito funcionamento, sem interrupções de atividades, e ao mesmo tempo realizar os procedimentos de Manutenção Preventiva (Item 01) que foram necessários. Portanto, o Órgão Técnico entende que as 4 (quatro) visitas de Manutenção Preventiva supriram as necessidades na contratação atual e, da mesma forma, atenderão, numa nova contratação.

Embora apenas uma ocorrência de Manutenção Corretiva (Item 02) tenha sido acionada no último ano, o Órgão Técnico entende ser necessário manter esse item, tendo em vista que os equipamentos sofrem desgaste acumulado com o passar do tempo. O Órgão Técnico entende que esta solução “conforme demanda” atende ao princípio da Eficiência da Administração Pública e não gerará custo a não ser que seja necessário tal procedimento. A definição de 8 (oito) diárias para a Manutenção Corretiva contempla a possibilidade do surgimento de problemas mecânicos ou eletrônicos que exijam um maior tempo de reparo.

Os relatórios de Manutenção Preventiva (item 1) e Manutenção Corretiva (item 2) correspondentes ao último ano de vigência do Contrato 94/2020 serão anexados ao número único de processo (NUP) deste TR.

1.2.4. Conforme explicitado no item acima, a experiência satisfatória obtida com o atual contrato permitiu concluir que a preservação do quantitativo no presente Termo de Referência garantirá a continuidade do bom funcionamento do sistema de gravação de chapas, especialmente se considerarmos que os equipamentos sofrem desgaste acumulado com o passar do tempo, e que esta medida garante a manutenção dos padrões de qualidade nos produtos gráficos e a capacidade de atendimento às Secretarias, principalmente quanto à disponibilidade de produção. Consideramos, também, estar dentro do critério de razoabilidade e vantajosidade para a administração a continuidade do modelo que inclui inspeções técnicas para manutenção preventiva e intervenções corretivas sob demanda, com eventual inclusão de peças. A manutenção empreendida dessa maneira praticamente diminui significativamente a possibilidade de paralisação dos serviços de maneira prejudicial às demandas da Gráfica do Senado Federal. Com a inspeção especializada, mitiga-se a possibilidade de paradas e aumenta-se a vida útil do equipamento. As manutenções corretivas, por sua vez, serão utilizadas para reestabelecer a capacidade produtiva e, em casos excepcionais, adquirir as peças necessárias – desde que devidamente comprovada sua necessidade de reparo ou troca por meio de laudos técnicos emitidos pela contratada e também da comprovação de prática de preços de mercado





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

das respectivas peças –, permitindo a correção do problema de maneira célere e satisfatória para o Senado Federal.

1.2.5. Resultados esperados com a contratação

1.2.5.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo manter os padrões de qualidade nos produtos gráficos e a capacidade de atendimento às demandas dos Senadores e das Secretarias, principalmente quanto à velocidade e disponibilidade de produção. No modelo proposto, com eventual aquisição de peças, já utilizado de forma satisfatória para as impressoras Roland 700 e Speedmaster 74, será possível favorecer o aumento da vida útil do equipamento, menor desperdício de insumos, menor quebra de peças e baixo nível de interrupção na produção, garantindo os prazos de atendimento às demandas.

1.2.6. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.6.1. Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
94/2020	Manutenção Preventiva e Corretiva dos CTPs da SEGRAF	19/08/2025

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A SEGRAF sugere que contratação seja realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. A SEGRAF sugere que seja adotada a Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. A SEGRAF sugere que não seja utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A SEGRAF sugere que não seja utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação, por se tratar de uma demanda previsível, embora exista a possibilidade da realização de Manutenção Corretiva conforme demanda, assim como foi utilizado e validado no processo análogo 00200.004237/2020, que gerou o contrato 156/2020.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. A SEGRAF sugere que seja adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único grupo: a necessidade de que os serviços de inspeção/manutenção preventiva e os de manutenção corretiva apresentem entre si continuidade de procedimentos, uniformidade de análises e ações e comunicação entre técnicos. A adjudicação por menor preço global colaborará, ainda, para a qualidade do serviço de manutenção como um todo, permitindo atribuir e exigir com clareza e objetividade a responsabilidade por cada intervenção realizada, seja preventiva ou corretiva. Pela similaridade dos modelos de contratação, destacamos que a mesma proposta foi utilizada e validada no processo análogo 00200.004237/2020, que gerou o contrato 156/2020, cuja execução vem sendo muito satisfatória.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não se aplica.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se deve ao fato de que a ampla maioria das empresas que prestam esse serviço necessitam de compra de peças, treinamento e capital de giro, não condizentes com as ME ou EPP. Tampouco a fabricante (Screen) se enquadraria nessa tipologia de empresa. Assim, aplicar o tratamento diferenciado representaria, com alta probabilidade, o fracasso do processo licitatório ou, ainda, geraria um custo incompatível com o modelo de serviço necessário pela secretaria.

2.9. Direito de preferência

2.9.1. Não se aplica.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. A licitante deverá apresentar termo de vistoria ou declaração de dispensa (anexo 3) de vistoria, na forma das alíneas abaixo:

3.1.1.1. Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências da SEGRAF, em especial o local de instalação e as condições de operação dos equipamentos do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP), objeto do serviço a ser contrato.

3.1.1.2. Justifica-se a necessidade de permitir vistoria por parte do licitante para que a mesma possa conhecer as atuais condições do equipamento e de seus componentes, seu local atual de instalação, bem como todas as demais variáveis da impressora. A formulação de lances para realização de manutenção e inspeção sem o conhecimento prévio do equipamento deve ocorrer por conta e risco da licitante, que deverá assinar o termo de dispensa de vistoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

3.1.1.3. Caso haja vistoria, ela deverá ser agendada mediante prévio agendamento junto à COIMPRE para realizar vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1.4. A vistoria deverá ser agendada de segunda à sexta-feira, nos horários entre 9:00hs e 18:00hs pelo telefone (61) 3303-4822/3303-3744 ou pelo e-mail coimpre@senado.leg.br.

3.1.1.5. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.1.6. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

3.1.1.6.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.1.6.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.

3.1.1.7. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela COIMPRE.

3.1.1.8. Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.

3.1.1.9. O Termo de Vistoria ou a Declaração de dispensa de vistoria deverá ser apresentado junto com a documentação de habilitação, conforme modelos constantes do Anexo 3. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.1.1.10. Caso a vistoria não seja realizada, a empresa ficará sujeita a não constatar falhas técnicas que podem influenciar no orçamento, como: danos nas peças, refrigeração insuficiente, ambiente de instalação inadequado, voltagem inapropriada, e vários componentes que precisam ser avaliados na máquina antes da precificação do serviço.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão.

3.2.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução de serviços que pressupõem expertise e altíssima qualificação na manutenção de equipamentos gráficos de grande complexidade, inclusive





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

em situações limítrofes de capacidade funcional do equipamento, bem como com vasta experiência na marca da gravadora.

3.2.2.1. A SEGRAF entende ser necessário um atestado de capacidade técnica que não seja genérico em relação à comprovação de serviços de manutenção prestados em CTPs. Ao longo dos últimos anos, a tecnologia de gravação de chapas evoluiu muito e, atualmente os CTPs são dispositivos sensíveis e complexos e se dividem, basicamente, em dois grupos: os que gravam por luz ultravioleta e os que gravam por meio de *laser*. Em cada um desses dois grupos há fabricantes e gerações diferentes de equipamentos, que apresentam evolução significativa em seu desenvolvimento, exigindo conhecimento e treinamento específico por parte dos técnicos. A experiência do Serviço de Processamento Digital - SEPDIG da SEGRAF, ao longo de mais de quinze anos de operação com CTPs, e que já trabalhou com os dois tipos de tecnologia, permite afirmar que não basta um técnico já ter realizado manutenção em um determinado tipo de CTP para garantir que o mesmo prestará um serviço de manutenção adequado em CTP de outra tecnologia. Tampouco se pode assegurar que um técnico esteja automaticamente apto a realizar o serviço de modo adequado quando se tratar de CTPs de mesma tecnologia (ultravioleta ou a *laser*) e até da mesma marca, pois, conforme dito, a evolução entre marcas e gerações de CTP é significativa. Portanto, com vistas a garantir um perfeito atendimento a um equipamento complexo, de tecnologia peculiar, a SEGRAF considera essencial que a contratada comprove que seu corpo técnico foi treinado para prestar manutenção nos CTPs presentes na SEGRAF.

3.2.3. Nos termos do art. 8º, §5º, do Anexo III do ADG nº 14/2022, esta exigência fundamenta-se nos seguintes elementos:

3.2.3.1. I – Parcelas de maior relevância e valor significativo:

A parcela considerada de maior relevância técnica corresponde à manutenção corretiva dos equipamentos CTP da marca SCREEN, modelo PT-R 8600 SL, com ou sem alimentador automático. Essa atividade requer diagnóstico preciso, substituição de peças específicas e atuação direta sobre sistemas laser de alta precisão, cuja falha compromete completamente o processo produtivo gráfico do Senado Federal.

3.2.3.2. II – Justificativa para a fixação de padrões de desempenho mínimos

A similaridade tecnológica e de fabricante é essencial para garantir a efetividade dos serviços prestados, dada a sensibilidade dos componentes e as exigências específicas do equipamento em uso na SEGRAF.

3.2.3.3. III – Justificativa para a fixação de quantitativos mínimos a serem comprovados:

Exige-se que o serviço de manutenção tenha sido prestado, a contento, por no mínimo 6 (seis) meses consecutivos, com vistas a demonstrar a regularidade operacional da licitante no trato





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

com equipamentos semelhantes. Tal exigência garante que o fornecedor tenha atuado de forma contínua, sendo capaz de lidar com manutenções preventivas e corretivas, bem como com ciclos completos de desgaste, troca de peças e ajustes de funcionamento.

3.2.4. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, por período não inferior a 6 (seis) meses consecutivos, serviço de manutenção compatível com a característica, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

3.2.4.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, serviço de manutenção corretiva em CTP SCREEN Modelo PT-R 8600 SL ou superior.

3.2.4.1.2. Para a comprovação do lapso temporal referido no caput, será admitido o somatório de atestados.

3.2.4.1.3. Mediante solicitação do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

3.2.5. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.2.6. Qualificação econômico-financeira

3.2.6.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.2.6.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

3.2.7. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.3. Necessidade de apresentação de amostras

3.3.1. Não se aplica.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista a contratação objetiva a prestação de serviços, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve porque a manutenção dos equipamentos do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (CTP) é um serviço essencial para as atividades finalísticas do Senado, uma vez que o funcionamento adequado dessas impressoras é fundamental para a produção e impressão de documentos importantes para o bom andamento dos processos legislativos e administrativos da instituição. A interrupção desses serviços pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do Senado, afetando diretamente a integridade do patrimônio público, além de causar prejuízos financeiros e atrasos nos prazos de entrega de documentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

Gestor titular: Márcio de Holanda Meireles

Gestor substituto: ATSEGRAF

Fiscal titular: André Said de Lavor

Fiscal substituto: SEPIND

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará pelos e-mails semain@senado.leg.br e ngprod@semain.leg.br e/ou nos telefones: (61) 3303 3783 e (61) 3303 4126.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1.1. A primeira inspeção de Manutenção Preventiva (item 1) deverá ser iniciada em até 30 dias corridos a partir da assinatura do contrato, abrangendo a verificação completa dos equipamentos, nos termos do ANEXO 4.

6.1.1.1. Fica facultado a dilatação do prazo para início do atendimento caso a SEGRAF assim oriente, em virtude do planejamento e da fila de produção existentes.

6.1.1.2. As demais visitas para realização de Manutenção Preventiva serão realizadas trimestralmente, em datas pré-estabelecidas entre as partes.

6.1.1.3. O prazo máximo para a finalização das Manutenções Preventivas é de 5 dias úteis, contados a partir do início da execução do serviço.

6.1.2. Os prazos relacionados ao serviço de Manutenção Corretiva (item 2) estão detalhados na seção 11 deste Termo de Referência.

7. Obrigações da Contratada

Modelo de TR – Bens e Serviços (SRP ou não), Lei 14.133/21, versão 6, atualizada em 22/04/2024.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.5. manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.3. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

8.1. O serviço deverá ser prestado na COIMPRE (Coordenação de impressão) da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, Bloco 8, segundo subsolo, localizado à via N2, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

8.2. Para o serviço de **Manutenção Preventiva** – Item 1

8.2.1. Considera-se **Manutenção Preventiva** a série de procedimentos, *in loco*, visando impedir a ocorrência de quebras e defeitos no equipamento, bem como a baixa capacidade de produção; que

Modelo de TR – Bens e Serviços (SRP ou não), Lei 14.133/21, versão 6, atualizada em 22/04/2024.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

garanta o contínuo funcionamento do dispositivo em condições normais. Inclui as intervenções de correção cuja necessidade seja identificada pelo técnico no decorrer da avaliação.

8.2.2. A Manutenção Preventiva deverá ocorrer de acordo com o ANEXO 4 do presente Termo de Referência.

8.2.3. O prazo de garantia do serviço de Manutenção Preventiva será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto. Qualquer defeito apresentado pelo equipamento neste período que devesse ter sido prevenido ou sanado durante a manutenção programada deverá ser corrigido pela contratada, sem ônus adicional para o Senado Federal, salvo custo com eventual reposição de peças.

8.3. Para o serviço de **Manutenção Corretiva**, sob demanda – Item 2

8.3.1. Considera-se **Manutenção Corretiva** a série de procedimentos, in loco, visando ao reparo do equipamento com funcionamento parcial ou fora de funcionamento em decorrência de falha inevitável de seus componentes, seja por conserto, seja por substituição de peças, incluindo todas as intervenções necessárias para que o equipamento retorne às condições normais de uso.

8.3.1.1. Considera-se inevitável a falha cuja detecção não seja possível por meio da inspeção preventiva.

8.3.2. As Manutenções Corretivas serão solicitadas pelo gestor sempre que necessário, via e-mail, indicando-se, detalhadamente, descrição do problema detectado e todas as informações que se fizerem pertinentes. Seu prazo de atendimento está detalhado na seção 11 do presente TR.

8.3.3. O prazo de garantia do serviço de manutenção corretiva será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto. Qualquer defeito apresentado pelo equipamento neste período que devesse ter sido prevenido ou sanado durante a manutenção corretiva deverá ser corrigido pela contratada, sem ônus adicional para o Senado Federal, salvo custo com eventual reposição de peças.

8.4. Em caso de constatação da necessidade de substituição ou conserto de peças, a contratada apresentará para análise do gestor orçamento em moeda nacional com indicação do prazo de entrega das peças novas ou reconcondicionadas.

8.4.1. O referido orçamento deverá vir acompanhado de documento fiscal que comprove que a contratada pratica os mesmos preços para outros entes públicos ou privados.

8.4.1.1. A ausência do documento fiscal, referido na seção 8.4, deverá vir devidamente justificado, ocasião em que o gestor do contrato deverá pesquisar no mercado e obter pelo menos três preços que subsidiem sua decisão pelo aceite ou recusa do orçamento apresentado pela contratada.



**SENADO FEDERAL****Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF**

8.4.1.2. Por ser equipamento de grande porte e vendas escassas em território nacional em termos quantitativos, pode haver o caso de peças muito específicas nunca terem sido vendidas anteriormente. Para essa situação *sui generis*, a contratada deverá fornecer ao gestor do contrato documento emitido pelo fabricante que ateste essa situação, para que a compra seja realizada sem a exigência de documentos fiscais anteriores. Frise-se que nesta situação a contratada assume total responsabilidade cível e penal acerca da veracidade das informações ali contidas

8.4.2. Para aprovação do orçamento, o gestor observará o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor de aquisição dos equipamentos conforme dados cadastrais do SPALM, durante o período do contrato, levando-se em conta a somatória de intervenções já realizadas durante a vigência do contrato. A aprovação do orçamento deve ser dar em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do mesmo.

8.4.2.1. No caso de prorrogação contratual, o limite supramencionado fica renovado e reestabelecido aos 10% (dez por cento) do valor de aquisição dos equipamentos para o próximo período.

8.4.3. Em caso de necessidade de substituição ou conserto de peças, o prazo para correção descrito na seção 6 ficará suspenso até o término do prazo de entrega da(s) peça(s) de reposição indicada(s) no orçamento.

8.4.4. As peças danificadas que venham a ser substituídas pela contratada deverão ser entregues ao gestor para que seja dada destinação adequada.

8.4.4.1. A contratada deverá dar destinação correta às peças que, por força de legislação específica, devam ser encaminhadas para descarte especial.

8.5. Caso seja necessário retirar partes do equipamento das dependências do Senado Federal para execução de serviços de manutenção corretiva, a serem realizados pela contratada ou por terceiros, a contratada deverá informar ao gestor, que providenciará autorização para a remoção.

8.5.1. As despesas decorrentes da retirada e devolução de partes do equipamento para manutenção são de responsabilidade da contratada.

8.6. Em até 10 dias corridos após a prestação do serviço, a contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado contendo, no mínimo, as seguintes informações: horário de início do procedimento,





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

horário de término do procedimento, sistemas verificados, problemas encontrados, correções efetuadas, peças trocadas, custo de peças trocadas.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

9.1.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

9.1.1.2. definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.1.4. 2% (cinco por cento) do valor global do contrato caso o total de glosa durante um mês supere o valor de 50%, em consonância com o capítulo do IMR.

10.1.4.1. A multa de 2% será reiterada em todos os meses cujo valor de glosas de IMR supere o valor de 50%,

10.1. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR

11.1. O pagamento (serviços – itens 1 e 2 ou peças) efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho e, se for o caso,





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

condicionado ao termo circunstanciado de aceite e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

A contratada deverá prestar os serviços definidos neste Termo de Referência, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

11.1.1. Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

11.1.2. Caso o total de glosa durante um mês supere o valor de 50%, em consonância com o capítulo do IMR, será aplicada penalidade contratual, conforme detalhado no capítulo anterior.

11.1.3. Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:

Indicador	
<p>Nº 01 – Prazo de atendimento para as Manutenções Corretivas classificadas como “urgentes” e apresentação do orçamento das possíveis trocas e ou recuperação de peças.</p> <p><i>Consideram-se como “urgentes” as demandas em que ambas as impressoras CTPs estejam impossibilitadas de operarem em sua capacidade máxima de maneira ininterrupta.</i></p>	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento célere em situações críticas.
Meta a cumprir	Restabelecimento do sistema de impressão em até 36hs corridas a partir do registro da ocorrência.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante planilha eletrônica do fiscal do contrato.
Periodicidade	Sob demanda.
Mecanismo de cálculo	Será verificado o tempo decorrido entre o registro da ocorrência junto à contratada e o momento em que o sistema retomou seu pleno funcionamento. A contagem do prazo do chamado ficará suspensa em caso de pendências por parte da contratante.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

	<p>Termos a serem utilizados na fórmula:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ttotal: tempo total de atendimento entre o registro e a solução da ocorrência, sem pausas. • Tsusp: tempo suspenso devido a pendências da contratada. • Tefetivo: tempo efetivo de atendimento, que é o tempo realmente computado no IMR. <p>A fórmula para o cálculo do tempo efetivo do atendimento, considerando as suspensões, será:</p> $Tefetivo = Ttotal - Tsusp$
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>FA = Fator de Ajuste na Parcela Mensal</p> <ul style="list-style-type: none"> • 0 chamados em atraso: FA = 1,00 (nenhuma glosa). • 1 chamado em atraso: FA = 0,98 (2% de glosa). • 2 chamados em atraso: FA = 0,90 (10% de glosa) • 3 ou mais chamados em atraso: FA = 0,80 (20% de glosa).

Indicador	
<p>Nº 02 – Prazo de atendimento para as Manutenções Corretivas classificadas como “normais” e apresentação do orçamento das possíveis trocas e ou recuperação de peças.</p> <p><i>Consideram-se como “normais” as demandas em que uma das impressoras CTPs esteja impossibilitada de operar em sua capacidade máxima de maneira ininterrupta.</i></p>	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento célere em situações adversas.
Meta a cumprir	Restabelecimento do sistema de impressão em até 72hs corridas a partir do registro da ocorrência.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante planilha eletrônica do fiscal do contrato.
Periodicidade	Sob demanda.
Mecanismo de cálculo	<p>Será verificado o tempo decorrido entre o registro da ocorrência junto à contratada e o momento em que o sistema retomou seu pleno funcionamento. A contagem do prazo do chamado ficará suspensa em caso de pendências por parte da contratante.</p> <p>Termos a serem utilizados na fórmula:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ttotal: tempo total de atendimento entre o registro e a solução da ocorrência, sem pausas. • Tsusp: tempo suspenso devido a pendências de Prodasen ou Área Requisitante. • Tefetivo: tempo efetivo de atendimento, que é o tempo realmente computado no IMR. <p>A fórmula para o cálculo do tempo efetivo do atendimento, considerando as suspensões, será:</p> $Tefetivo = Ttotal - Tsusp$
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>FA = Fator de Ajuste na Parcela Mensal</p> <ul style="list-style-type: none"> • 0 chamados em atraso: FA = 1,00 (nenhuma glosa). • 1 chamado em atraso: FA = 0,98 (2% de glosa). • 2 chamados em atraso: FA = 0,90 (10% de glosa) • 3 ou mais chamados em atraso: FA = 0,80 (20% de glosa).

Indicador





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Nº 03 – Prazo de atendimento de demandas classificadas como “resolução de dúvidas e outros problemas”.

Consideram-se como “resolução de dúvidas e outros problemas” as demandas em que a contratada é inquirida pela área requisitante acerca de dúvidas relacionadas ao funcionamento da solução ou quando a solução apresentar problemas de funcionamento que não cause indisponibilidade dos CTPs.

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento célere em situações adversas.
Meta a cumprir	Esclarecimento da dúvida ou a resolução do problema, em até 96hs úteis, a partir do registro da ocorrência.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante planilha eletrônica do fiscal do contrato.
Periodicidade	Sob demanda.
Mecanismo de cálculo	Será verificado o tempo decorrido entre o registro da ocorrência junto à contratada e o momento em foi feito o esclarecimento da dúvida ou a resolução do problema.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>FA = Fator de Ajuste na Parcela Mensal</p> <ul style="list-style-type: none"> • 0 chamados em atraso: FA = 1,00 (nenhuma glosa). • 1 chamado em atraso: FA = 0,98 (2% de glosa). • 2 chamados em atraso: FA = 0,90 (10% de glosa) • 3 ou mais chamados em atraso: FA = 0,80 (20% de glosa).

Indicador
Nº 04 – Apresentação do Relatório Técnico detalhado após a execução de cada serviço, seja Preventivo ou Corretivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o devido registro dos procedimentos de manutenção realizados, permitindo a análise para recebimento do objeto, bem como para compor um histórico que subsidie decisões acerca dos equipamentos.
Meta a cumprir	10 (dez) dias corridos a contar do término do serviço prestado.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante planilha eletrônica do fiscal do contrato.
Periodicidade	Trimestralmente (Preventiva) ou conforme demanda (Corretiva).
Mecanismo de cálculo	Será verificado o tempo decorrido entre a finalização do serviço e o momento em foi enviado o Relatório Técnico.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>FA = Fator de Ajuste na Parcela Mensal</p> <ul style="list-style-type: none"> • 0 relatórios em atraso: FA = 1,00 (nenhuma glosa). • 1 relatório em atraso: FA = 0,99 (1% de glosa). • 2 relatórios em atraso: FA = 0,95 (5% de glosa) • 3 ou mais relatórios em atraso: FA = 0,90 (10% de glosa).

12. Forma de pagamento

12.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada do relatório técnico, da nota de empenho, condicionado ao termo de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual.

13. Condições de reajuste

13.1. O preço poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

Modelo de TR – Bens e Serviços (SRP ou não), Lei 14.133/21, versão 6, atualizada em 22/04/2024.

